

Intensivas em Gás e aumentar os respetivos limites e taxas de apoio em consonância com os programas em vigor noutros países europeus, nomeadamente na França e na Alemanha, evitando que as empresas nacionais sejam penalizadas na concorrência no mercado global”, afirma António Saraiva.

“Choque de consumo”

A dificuldade na contratação de trabalhadores é mais um ponto que merece consenso nos pedidos para o “pacote de setembro”, da necessidade de apoios à formação, considerando o aumento de competências digitais, à isenção de tributação em sede de IRS e Segurança Social para trabalho suplementar até às 200 horas por ano, ou à desburocratização dos acordos de mobilidade. “Temos de agilizar a entrada de trabalhadores. Portugal celebrou um acordo com a Índia em 2021 e ainda não conseguimos legalizar um único”, nota Rafael Campos Pereira, vice-presidente da AIMMAP, a associação da fileira metalúrgica, pedindo, também, flexibilidade das regras relativas ao subsídio de desemprego e Rendimento Social de Inserção para facilitar contratações em picos de procura.

Os impostos são outro tema recorrente em todas as respostas. João Vieira Lopes, presidente da CCP — Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, avisa que o regresso às aulas, “com gastos em material escolar, vai ser o momento em que se começa a notar com mais ênfase a quebra do consumo”. Sabendo que os salários não acompanham a inflação, pede um “choque de consumo” que inclua a revisão dos escalões de IRS e do IVA dos produtos base.

A Confederação do Turismo de Portugal reivindica a redução da carga fiscal sobre as empresas. A AEP — Associação Empresarial de Portugal destaca tudo o que incide sobre a energia, assim como o IRC e a tributação sobre o trabalho. A AHRESP — Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal defende a aplicação temporária da taxa reduzida de IVA nos serviços de alimentação e bebidas e a redução da carga contributiva sobre as empresas no que respeita à remuneração dos trabalhadores. “O custo total de um trabalhador que auferir o salário mínimo nacional (€705) e recebe €627,45 (valor ilíquido) e de €879,49, dos quais €174,49 são para encargos contributivos”, exemplifica.

Descarbonização na agenda

“O sector dos transportes precisa, pelo menos, da manutenção dos incentivos em curso em termos de combustíveis”, acrescenta a CCP.

“Portugal continua a ser um dos países onde as empresas mais recursos e tempo gastam no cumprimento das obrigações fiscais”, recorda Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP — Confederação dos Agricultores de Portugal, ao sugerir a redução da tributação autónoma, com destaque para as viaturas de gama inferior, usadas pelos funcionários, e para as viaturas de transporte de trabalhadores até 9 lugares. Outra medida pedida para a agricultura, um sector confrontado com o parcelamento da propriedade, são os benefícios fiscais (isenção de IMT) na transferência de propriedade entre gerações desde que não haja divisão da mesma.

Atenta aos dados da execução orçamental no primeiro semestre, nomeadamente o aumento de 27% da receita do IVA, a CIP constata “o aumento da margem de manobra” para o pacote de apoio prometido enquadrar muitos dos pedidos das empresas e junta mais dois à sua lista de reivindicações: “Garantir que os contratos públicos e convenções sejam atualizados de acordo com a inflação” e “acelerar pagamentos associados ao PT 2020”.

Sem esquecer a descarbonização, “e para dinamizar o mercado”, a CCP pede a bonificação do abate dos veículos antigos, apontando para uma idade média acima dos 18 anos no caso dos usados, em linha com o que já está a ser feito noutros países do Sul da Europa.

mmcardoso@expresso.imprensa.pt

Roupa e calçado escaparam à subida geral de preços

A fileira da moda ainda apresentou descidas em junho, mas “as coisas estão a mudar”, avisam os lojistas

Atenta às notícias, Ana Ferreira sabe que a taxa de inflação atingiu em junho o valor mais alto dos últimos 30 anos (9,1%, de acordo com a estimativa do INE), por isso confessa “alguma surpresa” frente à montra de uma sapataria na Boavista, no Porto. “Sempre que vou ao supermercado encontro as coisas mais caras, mas os preços da roupa e do calçado parecem estar a aguentar-se”, comenta esta secretária, à procura de algumas peças para renovar o guarda-roupa antes das férias.

Na verdade, a inflação está a mexer com a carteira dos portugueses, mas não afeta todas as categorias de produtos da mesma forma. Em junho, quando o índice de preços no consumidor atingiu os 8,7%, um recorde desde 1984, os dados do Eurostat indicaram descidas no calçado (-1,8%) e na roupa de mulher (-0,5%).

Do lado da indústria há alguma surpresa. Os preços estão a aumentar, apesar de ainda não refletirem na totalidade o impacto da subida dos custos de produção, dizem as associações dos sectores têxtil (ATP) e do calçado (APICCAPS). O comércio admite que a fileira da moda estará

a beneficiar “do desfasamento entre os momentos da encomenda e da venda ao cliente final”, o que pode explicar movimentos de preço em contraciclo. “O que estamos a vender foi produzido antes do impacto da guerra na Ucrânia se fazer sentir”, repetem alguns lojistas visitados pelo Expresso antes de avisarem que “as coisas estão a mudar”.

Ao mesmo tempo, dizem, em junho houve descontos “mais agressivos do que no ano passado”. Para muitos foi o momento de tentar escoar stocks acumulados no tempo em que as pessoas estavam em casa e compravam menos, o que significa que não trabalharam com preços inflacionados.

Saldos mais agressivos

“Os lojistas tinham produtos para escoar e as pessoas vinham de um período prolongado de baixo consumo de roupa e calçado. Tivemos talvez saldos, promoções e descontos mais agressivos e isso refletiu-se no consumo e no índice de preços ao consumidor”, comenta João Vieira Lopes, presidente da CCP — Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

Joel Azevedo, presidente da Associação de Comerciantes do Porto, recorda que “as regras facilitadoras de saldos durante a pandemia acabaram no fim de junho, o que poderá ter levado

a uma descida de preços mais intensa nas lojas”. A entrada em vigor de novas regras para os saldos e promoções no fim de maio, obrigando o retalho a afixar o preço mais baixo praticado nos 30 dias anteriores, e não apenas a percentagem do desconto aplicada, “pode, também, ter forçado descidas de preço superiores às habituais”, refere.

Como as encomendas para o outono-inverno começaram a ser feitas já há alguns meses, Joel Azevedo admite que “a subida do preço da roupa e do calçado poderá ainda ser atenuada na próxima coleção”, mas “acabará por se fazer sentir, pelo menos em 2023”, afirma.

“Na minha loja, mantive os preços até agora porque tinha muita coisa em stock do ano passado. Os saldos e os descontos serviram para ajudar a escoar artigos, a compensar a quebra das vendas do passado recente em muitas lojas, mas as calças de ganga que estou a receber agora já vão ser vendidas seis euros mais caras”, conta o empresário Sónia Pedrosa, da Casa Soares, no centro do Porto. É uma constatação que se repete, porta a porta. Na sapataria Europa, António Soares também admite subir o preço dos sapatos em breve, mas para já, garante, “não será nada que se compare à subida continua dos bens alimentares, no supermercado”. M.C.

Inflação pode atingir 10%, mas desce até final do ano

Pico da inflação ainda não terá sido atingido, mas preços em queda nos mercados internacionais sinalizam já recuo

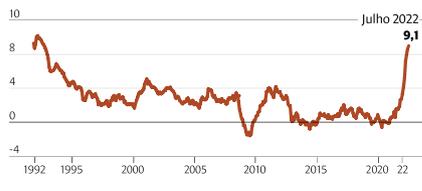
A escalada dos preços subiu mais um degrau em julho e as grandes interrogações são até onde pode chegar a inflação e quando vai começar a descer. Apesar da incerteza, os economistas arriscam algumas respostas. Acreditam que o pico em Portugal pode ainda não ter sido atingido, apontando para a faixa dos 10%. Mas lembram que os preços nos mercados internacionais estão em queda, sinalizando que a inflação deve começar a descer “em breve”.

Em julho, a variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em Portugal atingiu 9,1%, o que compara com 8,7% de junho e é o valor mais alto desde novembro de 1992. Na zona euro, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) — referência na Europa — chegou aos 8,9% (8,6% de junho), a mais elevada desde a criação da moeda única, e muito acima da referência dos 2% do Banco Central Europeu (BCE), que tem como mandato a estabilidade dos preços. Valores que explicam a decisão do BCE em julho, de subir em meio ponto percentual os juros de referência, o primeiro aumento em mais de uma década e o mais expressivo dos últimos 22 anos.

A inflação ainda pode subir mais em Portugal. “A evolução da inflação nos próximos meses está sujeita a um elevado grau de incerteza, mas admitimos que o pico ainda não tenha sido atingido”, afirma Teresa

SUBIDA DOS PREÇOS NO MÁXIMO DESDE 1992

Taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, em percentagem



FONTE: INE

Pinheiro, economista do BPI. João Borges de Assunção, economista e professor da Católica-Lisbon, aponta no mesmo sentido: “Os dados da inflação continuam a sair mais altos que o esperado. Será razoável esperar que a inflação homóloga chegue aos 10% nalgum mês.”

Sinais de alívio

Ainda assim, há sinais que apontam para um recuo da inflação. “Os preços das matérias-primas nos mercados internacionais já estão a cair, os preços nos produtores na China também, com as economias a abrandarem e salvo novos desenvolvimentos no abastecimento de gás por causa da guerra na Ucrânia, espera-se que em breve a inflação comece a abrandar”, salienta Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE. A tendência é “para descer”, reforça. Mas João Borges de Assunção vinca que “poderá ainda passar algum tempo até que as descidas de preços nos mercados internacionais se manifestem nos preços ao consumidor”, considerando que “as pressões

sobre os preços devem manter-se até ao final do ano”. Certo é que “a desaceleração da atividade económica resultante do impacto da inflação no rendimento disponível das famílias e da maior restritividade nas condições de financiamento associados ao aumento das taxas de juro” levará à moderação dos preços, aponta Teresa Pinheiro.

Mas há riscos que podem travar a descida da inflação. O primeiro é um eventual corte de gás russo à Europa. “A boa notícia é que a substituição de tipo e origem da energia que a União Europeia importa da Rússia parece ser maior do que se temia há meses atrás”, vinca Pedro Brinca. O segundo passa pelas “expectativas de trabalhadores e empresários e as consequências para a negociação salarial e fixação de preços”, alerta o economista, lembrando que “os números historicamente baixos do desemprego em Portugal também ajudam a que possa acontecer uma aceleração substancial dos salários”.

SÓNIA M. LOURENÇO
slourenco@expresso.imprensa.pt

FRASES

“Ou o Governo aproveita a almotofa orçamental que tem para proteger a economia ou podemos todos bater com a cabeça no chão em poucos meses”

António Saraiva
Presidente da CIP

“A reabertura das aulas com gastos em material escolar vai ser o momento em que se começa a notar com mais ênfase a quebra de consumo”

João Vieira Lopes
Presidente da CCP

“Portugal continua a ser dos países onde as empresas mais recursos e tempo gastam no cumprimento das obrigações fiscais. Importa aliviar isto”

Eduardo Oliveira e Sousa
Presidente da CAP

No sector automóvel, como nos têxteis, já há empresas em lay-off
FOTO GETTY IMAGES